

O NORDESTE BRASILEIRO E MAIS UMA CALAMIDADE POR FALTA DE ÁGUA



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

O NORDESTE BRASILEIRO É MAIS UMA CALAMIDADE POR FALTA DE ÁGUA



Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte. Todavia, a reprodução não autorizada para fins comerciais desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais, conforme Lei nº 9.610/1998.

Copyright 2013. Confederação Nacional de Municípios – CNM.

Impresso no Brasil.

Elaboração:

Data ao Cubo – Serviços de Informação Ltda.

Pesquisa e apuração – Área de Estudos Técnicos:

Eduardo Stranz
Elisiane Mangrich
Hilton Silva
Wanderson Rocha

Textos:

Erika Sayanne Braz
Michelle Horovits
Tairo Arrial

Editoria Técnica:

Elena Pacita Lois Garrido

Diretoria-Executiva:

Elena Pacita Lois Garrido
Gustavo de Lima Cezário
Moacir Luiz Rangel

Revisão de textos:

Keila Mariana de A. Oliveira

Diagramação:

Eduardo Viana / Themaz Comunicação

Ficha catalográfica:

Confederação Nacional de Municípios – CNM
O Nordeste brasileiro e mais uma calamidade por falta de água. Brasília: CNM, 2013.

32 páginas.

1. Administração Pública Municipal. 2. Políticas Públicas. 3. Crise Institucional Política Brasileira. I. Título:
O Nordeste brasileiro e mais uma calamidade por falta de água.



SCRS 505, Bloco C, Lote 1 – 3º andar – Asa Sul – Brasília/DF – CEP 70350-530

Tel.: (61) 2101-6000 – Fax: (61) 2101-6008

E-mail: atendimento@cnm.org.br – Website: www.cnm.org.br

CARTA DO PRESIDENTE

Brasileiros,

O flagelo da seca não é novidade e, talvez por isso, ele ocorra sem que as autoridades responsáveis pela condução dos destinos da Pátria o percebam e lhe deem a devida atenção.

Atualmente, o Brasil enfrenta problemas climáticos gravíssimos, e, sucessivamente, somos atingidos por desastres ambientais que arrasam comunidades inteiras por força das chuvas e pela má utilização do solo ou destroem vidas, econômica e socialmente, por força da ausência desta.

A CNM, na representação dos Municípios brasileiros, tem chamado atenção para a ineficiência dos programas governamentais criados para suprir estas dificuldades e na inexistente execução dos orçamentos destinados à defesa civil e aos ministérios envolvidos na superação desses problemas, sem, no entanto, alcançar êxito.

Diante da gravíssima situação do Nordeste brasileiro neste momento, realizamos uma pesquisa que pretende mostrar, em números, à Nação o real flagelo por que passam os mais de 22 milhões de brasileiros sem água, sem saúde, sem alimentos e sem perspectivas, pois desapareceram a capacidade produtiva dos Entes federados, os meios geradores de emprego e renda e, conseqüentemente, a possibilidade de o homem buscar por si a solução de seus problemas.

Este trabalho está à disposição da sociedade brasileira e sendo entregue aos governos e aos poderes Legislativos da União e dos Estados envolvidos e é complementado com as sugestões dos gestores e dos agentes políticos locais para minimizar as dificuldades.

Saudações municipalistas.

Paulo Ziulkoski

Presidente da CNM

CNM – GESTÃO 2012-2015

NOMINATA

CONSELHO DIRETOR

CARGO	NOME	REPRESENTAÇÃO
Presidente	Paulo Roberto Ziulkoski	Mariana Pimentel/RS - FAMURS
1º Vice-Presidente	Humberto Rezende Pereira	Terenos/MS - ASSOMASUL
2º Vice-Presidente	Douglas Gleen Warmling	Siderópolis/SC - FECAM
3º Vice-Presidente	Laerte Gomes	Alvorada d'Oeste/RO - AROM
4º Vice-Presidente	Ângelo José Roncalli de Freitas	São Gonçalo do Pará/MG - AMM
1º Secretário	Jair Aguiar Souto	Manaquiri/AM - AAM
2º Secretário	Rubens Germano Costa	Picuí/PB - FAMUP
1º Tesoureiro	Joarez Lima Henrichs	Barração/PR - AMP
2º Tesoureiro	Glademir Aroldi	Saldanha Marinho/RS - FAMURS

CONSELHO FISCAL

CARGO	NOME	REPRESENTAÇÃO
Titular	Renilde Bulhões Barros	Santana do Ipanema/AL – AMA
Titular	Francisco de Macedo Neto	Bocaina/PI – APPM
Titular	Antonio da Cruz Fiulgueira Júnior	Itapecuru Mirim/MA – FAMEM
1º Suplente	Jocelito Krug	Chapadão do Sul/MS - ASSOMASUL
2º Suplente	Vago	
3º Suplente	Jadiel Cordeiro Braga	São Caetano/PE - AMUPE

CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS

CARGO	NOME	REPRESENTAÇÃO
Titular Região Norte	Helder Zahluth Barbalho	Ananindeua/PA - FAMEP
Suplente Região Norte	Manoel Silvino Gomes Neto	Tocantinia/TO - ATM
Titular Região Sul	Adair José Trott	Cerro Largo/RS - FAMURS
Suplente Região Sul	Daíson Maciel da Silva	Santo Antônio da Patrulha/RS - FAMURS
Titular Região Sudeste	Élbio Trevisan	Cesário Lange/SP – APM
Suplente Região Sudeste	Gilson Antonio de Sales Amaro	Santa Teresa/ES - AMUNES
Titular Região Nordeste	Eliene Leite Araújo Brasileiro	General Sampaio/CE - APRECE
Suplente Região Nordeste	Ivanildo Araujo de Albuquerque Filho	Timbaúba dos Batistas/RN - FEMURN
Titular Região Centro Oeste	Meraldo Figueiredo Sá	Acorizal/MT – AMM-MT
Suplente Região Centro Oeste	Gilmar Alves da Silva	Quirinópolis/GO - FGM

SUMÁRIO

1. ANÁLISE SOBRE A SECA DO NORDESTE	9
2. O CONTEXTO MUNICIPAL	14
3. RESULTADOS DE PESQUISA SOBRE A SECA NOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS....	17
4. CONCLUSÃO.....	27
5. CARTA DE MACEIÓ	28





1. ANÁLISE SOBRE A SECA DO NORDESTE

O nordeste brasileiro enfrenta em 2013 a maior seca dos últimos 50 anos, com mais de 1.400 Municípios afetados. A seca deste ano já é pior do que a do ano passado, a qual também foi recorde.

Essa realidade, no entanto, não é isolada. A previsão das Nações Unidas, por exemplo, é de que até 2030 quase metade da população mundial estará vivendo em áreas com grande escassez de água. E esse é um problema que ocorre em todos os lugares, sejam países pobres ou ricos. Nos Estados Unidos, por exemplo, 2012 foi considerado o ano mais quente já registrado, enquanto na região do Sahel, na África, repetidas secas causam a escassez de alimentos.

Para o caso brasileiro, o consenso básico que existe sobre a maneira de enfrentar esse fenômeno climático inevitável é que a convivência com a seca só será possível por meio de obras hídricas estruturadoras: barragens, interligação de bacias a partir do São Francisco, infraestrutura para a agricultura irrigada e gestão permanente da água.

Quando se olha para o retrospecto dos últimos dez anos, vê-se que nenhuma barragem importante foi construída na região Nordeste. As últimas foram a de Serrinha e a de Jucazinho, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A transposição do rio São Francisco, que foi prometida como a redenção do semiárido, anda a passos lentos com interrupção da obra e degradação do que já foi construído. A retomada dos trabalhos só se deu após denúncias feitas pela imprensa com grande repercussão no País.

Quanto ao socorro prometido pela presidente da República, anunciado com grande alarde, a maior parte dos recursos é para reescalonamento da dívida, não para a anistia,

como também para a compra de máquinas e equipamentos, recursos que não se vê chegar aos Municípios afetados. O ambiente no Nordeste é de desolação e indignação.

Os Estados nordestinos divulgaram um levantamento realizado pelas suas companhias de abastecimento e saneamento que evidenciam a gravidade da situação, como se pode ver a seguir:

Pernambuco: é o Estado com maior número de Municípios atingidos. Segundo a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), dos 185 Municípios do Estado, 151 estão com algum tipo de déficit no abastecimento. Desses, 16 estão em colapso, sendo abastecidos por carros-pipa. O prolongamento da estiagem fez com que Recife e Jaboatão dos Guararapes (região metropolitana da capital) entrassem em sistema de racionamento desde o dia 1º de março, assim como outras cidades próximas à capital.

Bahia: o Estado enfrenta uma grande diminuição do nível dos mananciais utilizados para abastecimento, o que fez a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) adotar um racionamento em 53 Municípios. A empresa lançou campanha recomendando que sejam instaladas caixas d'água com capacidade suficiente para atender às necessidades diárias de consumo.

Alagoas: trinta (30) dos 102 Municípios estão enfrentando rodízio por conta da seca, entre eles a capital Maceió, onde cinco bairros da parte alta enfrentam rodízio desde novembro de 2012. Segundo a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), a situação mais crítica é na cidade de Paulo Jacinto, onde a barragem que abastece a cidade secou e toda a população está sendo abastecida por carro-pipa. A empresa informou que, além da seca, problemas como furto de água e vandalismo também cooperam para que o problema seja agravado. A Companhia informou que já forneceu um bilhão de litros de água para os caminhões da Operação Pipa, com investimentos superiores a R\$ 3 milhões.

Rio Grande do Norte: segundo a Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte (Caern), 14 cidades enfrentam colapso no Estado, todas ligadas à adutora Monsenhor Expedito. Segundo a empresa, a área urbana dessas cidades está sendo atendida por carros-pipa da Caern, da Defesa Civil e do Exército. Em Carnaúba dos Dantas, os moradores estão sendo atendidos por chafarizes instalados. Existem, ainda, 18 cidades que passam por algum tipo de dificuldade e enfrentam rodízio. Segundo a Caern, o rodízio foi iniciado em janeiro, com a chegada do verão, quando a Lagoa do Bonfim diminuiu a capacidade de armazenamento. A previsão é a de que o rodízio só termine quando a lagoa voltar à capacidade normal de vazão.

Ceará: a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) afirma que seis cidades passam por rodízio ou são abastecidas por carro-pipa nos Municípios de Itatira, Caridade, Quiterianópolis, Beberibe, Crateús e Pacoti. Uma cidade está em colapso: Beberibe, que fica no litoral cearense. Segundo a companhia, o abastecimento a partir da Lagoa da Uberaba está suspenso. Em Pacoti, uma área da cidade também está sem qualquer abastecimento. Até a entrega de faturas mensais foi suspensa. A Cagece informou que está perfurando poços para minimizar a situação, construindo adutoras, trazendo a água de mananciais alternativos, disponibilizando carros-pipa.

Paraíba: a Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (Cagepa) informou que nove cidades estão em racionamento e 22 em colapso total, sendo abastecidas por carros-pipa. Não há problema com os mananciais que abastecem João Pessoa e cidades litorâneas.

Piauí: a companhia Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa) disse que passa por problemas de abastecimento pelo baixo nível dos poços ou açudes, por onde é feito o abastecimento. Por conta da seca, quatro cidades estão com dificuldade de abastecimento. Na cidade de Fartura, o açude que abastecia os moradores secou, e a Agespisa perfurou dois poços que ainda serão equipados e ligados à rede de abastecimento. No momento, o abastecimento é feito com dois poços perfurados pela prefeitura.

Sergipe: a Companhia de Saneamento do Sergipe (Deso) disse que as três cidades abastecidas pelo Sistema Integrado Piautinga enfrentam rodízio de 24 horas. As cidades com situação mais crítica são Boquim, Poço Redondo, Itabaianinha e Santo Amaro das Brotas, onde o nível dos rios está baixíssimo. Como forma de amenizar a situação, a Deso tem perfurado poços profundos e colocado carros-pipa à disposição dos moradores.

Em uma análise geral, a seca na região Nordeste atinge 38% da população do semi-árido, abrangendo em torno de 9 milhões de habitantes. As políticas públicas emergenciais do governo federal amenizam, mas não resolvem o problema. Auxílios como o bolsa-estiagem atendem em torno de 1,5 milhão de sertanejos, o que, na análise de especialistas, tem evitado um grande êxodo rural, como se viu na grande seca dos anos 1980.

O ideal seria a aplicação de políticas de longo prazo para se resolver o problema da seca, com investimentos em infraestrutura, como construção de barragens e cisternas, sendo que as que estão em andamento nos dias de hoje são insuficientes. Com isso, busca-se alternativas para o abastecimento de água. Há, por exemplo, em torno de 7 mil carros-pipa mantidos pelas prefeituras, as quais muitas vezes arcam com custos que não seriam de sua responsabilidade, e sim do Estado ou da União.

Além desse contingente populacional atingido pela seca, a economia da região, que já é frágil por conta da estiagem e que depende basicamente da atividade agrícola, vem sendo duramente afetada por essa seca prolongada. Com a morte do gado e a quebra da safra há perdas na produção e consequente aumento nos preços, gerando a inflação de preços dos produtos básicos, como milho, feijão, mandioca e leite. Com isso, a população vê minguar sua renda e seu poder de compra.

Deve-se salientar que, além da inflação de preços dos produtos básicos, há o abuso de preço de serviços essenciais, como o do carro-pipa, cujo valor tem tido mais de 100% de aumento. Assim, o que se constata é que, mesmo nesse cenário de desolação e colapso, há aqueles que querem lucrar e acabam por criar a “indústria da seca”, explorando de forma impiedosa os mais necessitados e afetados pelo problema.



2. O CONTEXTO MUNICIPAL

Quando a análise recai sobre a esfera municipal, tem-se uma situação bem mais dramática do que se pode imaginar, pois os Municípios do Nordeste são em sua grande maioria mais dependentes das transferências federais, pois têm pouca base econômica para tributar seus impostos próprios. Assim, suas receitas são fortemente influenciadas pelas políticas macroeconômicas adotadas pelo governo federal para enfrentar a Crise Mundial; as desonerações de impostos fazem com que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tenha retração e provocam quedas significativas na arrecadação destes Entes.

No ano de 2012, as desonerações de Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para vários setores da economia chegaram à soma de R\$ 7,1 bilhões, com um impacto no FPM de R\$ 1,6 bilhão. Nos nove Estados do Nordeste, este valor chegou a R\$ 597 milhões.

Em 2013, as mesmas políticas foram prorrogadas e outros setores foram agregados, com uma estimativa de R\$ 4,3 bilhões e um impacto no FPM de pouco mais de R\$ 1 bilhão; nos Municípios do Nordeste, o impacto é de R\$ 355 milhões.

O governo federal adotou a política salutar e meritória de aumentos reais do salário-mínimo, o que causou uma grande transferência de renda e ajudou a mitigar um pouco as desigualdades regionais, mas os Municípios nordestinos são em sua grande maioria os grandes empregadores em suas cidades. Há um contingente de 4.845.017 servidores nos Municípios nordestinos (2011), sendo que, destes, 1.523.800 recebem até 1,5 salário-mínimo, uma proporção de 31,45% do total.

A cada aumento real do SM, o impacto nas folhas de pagamento é enorme, influenciando fortemente as finanças municipais. Nos últimos anos, o valor foi de R\$ 2,6 bilhões.

Outro problema que aflige os gestores municipais são as obras de convênios com o governo federal que estão paradas e/ou pendentes de pagamento. No Nordeste, em 2012, havia o montante de R\$ 8,8 bilhões referentes a 20.553 empenhos inscritos nos “restos a pagar” do Orçamento Geral da União (OGU).

Há algumas legislações aprovadas pelo Congresso Nacional que impactaram muito na administração municipal, sobretudo a Lei do Piso Nacional do Magistério, que somente em 2012 acarretou um impacto de R\$ 2,3 bilhões nas folhas de pagamento dos Municípios nordestinos. Em quatro anos, esta lei fez crescer o piso em 52,29%, comprometendo quase todos os recursos do Fundeb, somente com o pagamento de salários.

Os Municípios do Nordeste nos últimos dez anos (2003 a 2013) tiveram homologadas 9.260 portarias pelo Ministério da Integração Nacional de Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência, sendo que 7.356 são relacionadas à seca e 1.864 com os problemas causados pela chuva.

Total de Portarias Reconhecidas

UF	Seca	Chuvas	Outros	Total geral
AL	454	71	7	532
BA	1.306	281	9	1.596
CE	1.387	256	5	1.648
MA	100	166	3	269
PB	1.376	359	-	1.735
PE	883	278	11	1.172
PI	954	209	1	1.164
RN	729	203	3	935
SE	167	41	1	209
Total	7.356	1.864	40	9.260

Ano: 2003 a 2013.

Em resumo, esta série de fatores expostos neste capítulo demonstra a fragilidade financeira dos Municípios nordestinos para enfrentar o problema da seca. Por isso, é imperioso que os governos estaduais e o governo federal possam prestar ajuda mais efetiva a este Ente que está na ponta e que tem de atender ao anseio e às demandas de que a população precisa, sobretudo, no que se refere à água e às condições mínimas para produzir riquezas.



3. RESULTADOS DE PESQUISA SOBRE A SECA NOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou pesquisa junto aos gestores municipais para obter informações sobre os problemas que esta seca prolongada está acarretando aos Municípios. A pesquisa foi realizada no período de 8/4 a 2/5, junto aos 1.793 Municípios do nordeste brasileiro, dos quais se obteve respostas de 1.164 (65%), distribuídos nos nove Estados nordestinos.



Distribuição da amostra da pesquisa

UF	Quantidade Municípios		
	Total	Pesquisados	%
AL	102	53	52%
BA	417	320	77%
CE	184	124	67%
MA	217	81	37%
PB	223	163	73%
PE	184	144	78%
PI	224	130	58%
RN	167	98	59%
SE	75	51	68%
Total	1.793	1.164	65%

A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa e será possível perceber que as respostas obtidas estão sempre acima de 50% em cada um dos Estados, com exceção do Estado do Maranhão, onde houve grandes problemas de contato com os gestores municipais.

QUESTÕES

1. Seu Município enfrenta problemas com a seca?		
998	Sim	86%
166	Não	14%
1.164	Total	

Nesta primeira pergunta, que abrange o problema de forma mais geral, do total de pesquisados, 86% estão sofrendo os problemas relacionados à seca no Nordeste, demonstrando e confirmando o grande problema que essa região está enfrentando.

2. Devido ao problema da seca, qual o gasto mensal da prefeitura com a compra de água?

407	Abaixo de R\$ 50.000,00	43%
235	De R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	25%
90	Acima de R\$ 100.000,00	10%
215	Não compra água	23%
947	Total	

Além da falta de recursos causada pela queda na arrecadação dos impostos federais, dos Municípios que estão com problemas relacionados à seca, nada menos que 73,3% têm gastos mensais com compra de água, sendo que 43% despendem até R\$ 50 mil, 25% de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil, 10% gastam acima de R\$ 100 mil mensais.

3. A distribuição da água é feita por/pelo:

378	Serviço terceirizado	32%
485	Exército	40%
336	Outro	28%
0	Nome do outro distribuidor	
1.199	Total	

Sobre a distribuição de água, 40% dos entrevistados mostraram que é realizada pelo Exército Brasileiro; outros 32% responderam que a distribuição é feita por serviço terceirizado e 28% indicaram outra forma de distribuição.

4. Como é feita a distribuição da água?

826	Caminhão-pipa	85%
146	Adutora	15%
972	Total	
38.814	Quantos caminhões-pipa atendem ao seu Município?	

A água é distribuída por caminhão-pipa em 85% dos pesquisados e via adutoras por 15%. O total de caminhões-pipa que atendem a esse conjunto de Municípios foi de 38.814.

5. Qual o percentual distribuído para o consumo?

515	100% humano	55%
280	75% humano, 25% animal	30%
120	50% humano, 50% animal	13%
17	25% humano, 75% animal	2%
5	100% animal	1%
937	Total	

Chama muito a atenção que 55% da água distribuída é exclusivamente para o consumo humano; em 30% dos pesquisados, 75% são para o consumo humano e 25% para o consumo de animais; em 13%, a água é distribuída meio a meio; e, para 3%, a água é mais direcionada para o consumo animal.

6. Seu Município possui cisternas para enfrentar o problema?

761	Sim	79%
200	Não	21%
961	Total	
762.873	Quantas cisternas possui?	

O caso das cisternas, a serem construídas e/ou instaladas nos Municípios do Nordeste, é uma das promessas recorrentes do governo federal. Em 79% dos Municípios, há cisternas para minimizar os problemas, totalizando, nestes Municípios, o total de 762 mil cisternas.

7. Há a distribuição de cestas básicas com recursos da prefeitura para a população atingida pela seca?

307	Sim	33%
635	Não	67%
942	Total	

As prefeituras, além de outras despesas, têm de arcar com a distribuição de alimentos à população. A pesquisa mostra que em 33% dos Municípios pesquisados existe a distribuição de cestas básicas por parte da prefeitura.

8. Quantas cestas básicas, com recursos da prefeitura, são distribuídas por mês no seu Município?

99	0 a 100	34%
108	101 a 500	38%
43	501 a 1000	15%
19	1001 a 2000	7%
18	Acima de 2000	6%
287	Total	

Como mostrado na tabela acima, dos que distribuem cestas básicas, 34% entregam até 100 unidades; 38%, de 101 a 500 unidades; 15%, de 501 a 1.000 unidades; e 13% mais de 1.000 unidades.

9. Qual a estimativa de perdas com relação ao rebanho de bois, cabras e outros animais (em cabeças)?

224	0 a 50	24%
217	51 a 100	24%
476	Acima de 100	52%
917	Total	

A seca tem devastado as frágeis economias dos Municípios do semiárido que convivem com a estiagem e um dos setores mais sensíveis é o agropecuário. Assim, observou-se que 91,8% dos Municípios declararam que perderam cabeças de gado, ovinos e caprinos, sendo que 24% indicaram que as perdas foram de até 50 cabeças; 24%, até 100 cabeças; e 52%, acima de 100 cabeças, demonstrando o grande prejuízo que a seca traz às comunidades.

10. Qual a quantidade média de moradores que procuram a prefeitura diariamente por conta da seca?

55.358	Moradores, em média, que procuram a prefeitura diariamente
--------	--

Nos pequenos Municípios, a população tem em suas prefeituras o único ponto de contato para apresentar suas demandas. Nesse caso de devastação em decorrência da falta de chuvas, a pesquisa mostra que, em média, 55 mil pessoas procuram as prefeituras para apresentar alguma necessidade e buscar ali alguma solução para seus problemas.

11. Qual a taxa de desemprego no Município?

53	Abaixo de 5%	6%
177	De 5% a 20%	19%
695	Acima de 20%	75%
925	Total	

O desemprego é um indicador importante da crise por que passa a região do semiárido. Esse é um outro dado muito preocupante apresentado pela pesquisa, a qual mostra que

76% dos entrevistados indicaram que o desemprego causado pela seca está acima de 20% em suas cidades, sendo essa taxa extremamente alta.

12. Existe a migração de moradores para outros Municípios e/ou Estados por causa da situação atual?

754	Sim	80%
192	Não	20%
946	Total	

Quando há um longo período de seca, uma consequência marcante é o êxodo rural. Por isso, a CNM, por meio desta pesquisa, quis mensurar essa situação. Assim, percebe-se que a grande maioria, 80% dos entrevistados, indicou que está havendo a migração de sua população para outras localidades em virtude da seca, em busca de melhores condições de vida.

13. A prefeitura recebe medicamentos para distribuir à população?

647	Sim.	70%
274	Não	30%
921	Total	

Sobre a questão de assistência à saúde, 70% dos Municípios pesquisados indicam que recebem medicamentos por parte de outros entes para distribuir à população e 30% indicam que não recebem. Mais uma vez, esse indicador mostra a carência de apoio por que passam esses Municípios.

14. Chegam em quantidade suficiente?

256	Sim	40%
384	Não	60%
640	Total	

Desses, 60% indicam que os medicamentos não chegam em quantidade suficiente para atender à demanda da população de suas cidades.

15. Qual o prejuízo mensal estimado com a seca no seu Município?

112	Abaixo de R\$ 50.000,00	12%
298	De R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	33%
503	Acima de R\$ 100.000,00	55%
913	Total	

Como é sabido, os Municípios têm tido perdas significativas com a seca. Para 91,5% dos Municípios pesquisados, há perdas mensais importantes. Destes, 12% indicam uma perda de até R\$ 50 mil; 33% indicam uma perda de R\$ 50 mil até R\$ 100 mil e 55% mostram prejuízos acima de R\$ 100 mil mensais.

16. O Município recebeu ou está recebendo auxílio do governo estadual para enfrentar o problema?

404	Sim	43%
534	Não	57%
938	Total	

Em muitas situações, os Municípios não têm o apoio dos governos federal e estadual, embora seja divulgado que existem projetos e programas de auxílio. Como visto na tabela acima, 57% dos gestores pesquisados indicam que não estão recebendo auxílio dos seus governos estaduais para enfrentar o problema e 43% indicam que recebem.

17. O Município recebeu ou está recebendo auxílio do governo federal para enfrentar o problema?

393	Sim	43%
525	Não	57%
918	Total	

Observa-se que 57% dos gestores indicam não receber auxílio do governo federal para enfrentar o problema e 43% indicam que estão recebendo.

18. O Município recebeu ou está recebendo auxílio de outros órgãos para enfrentar o problema?

99	Sim	11%
825	Não	89%
924	Total	

Neste caso, somente 11% relatam que recebem auxílio de outros órgãos para enfrentar o problema e 89% não recebem nenhum outro auxílio.

19. Seu Município recebeu recursos do PAC Equipamentos?

387	Sim	42%
536	Não	58%
923	Total	

Em abril deste ano, o governo federal apresentou projeto de fornecimento de equipamentos para os Municípios do Nordeste para amenizar os problemas com a seca, porém, conforme mostrado na pesquisa da CNM, 58% ainda não receberam os equipamentos prometidos, quais sejam: motoniveladoras, retroescavadeiras, caminhão-caçamba e caminhão-pipa.

20. Quantos habitantes são beneficiados pela bolsa-estiagem?

218	De 0 a 50	26%
82	De 51 a 100	10%
114	De 101 a 200	13%
440	Acima de 200	52%
854	Total	

Sobre os programas de assistência oferecidos pelo governo federal, 52% dos entrevistados indicam que mais de 200 pessoas recebem o bolsa-estígio em seus Municípios.

21. Em seu Município existe alguma frente de trabalho promovida pelo governo estadual?

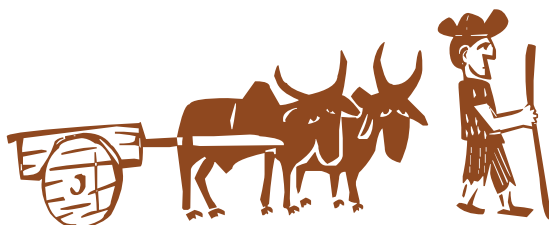
46	Sim	5%
885	Não	95%
931	Total	

Somente em 5% dos Municípios havia a indicação de frentes de trabalho promovidas pelo governo estadual para movimentar a economia local.

22. Em seu Município existe alguma frente de trabalho promovida pelo governo federal?

35	Sim	4%
886	Não	96%
921	Total	

Em relação à oferta dos programas do governo federal, somente 4% dos Municípios nordestinos pesquisados indicaram que há frentes de trabalho promovidas para enfrentamento dos problemas relacionados à seca, evidenciando, mais uma vez, que muitas das promessas dos governos estadual e federal não chegam na ponta, ou seja, no Município, que é o Ente mais necessitado de recursos da administração pública e onde vivem os cidadãos.



4. CONCLUSÃO

O que esta pesquisa realizada pela CNM indica é que a situação é extremamente grave nos Municípios do Nordeste brasileiro, assim como já vem sendo noticiado, e muito pouco está se fazendo por parte dos outros Entes da Federação para auxiliar os já combatidos Municípios, que têm de dar conta sozinhos das demandas e dos anseios de sua população, como também de seus agentes econômicos.

Deve-se buscar, especificamente, o fim da burocracia que envolve o atendimento de Municípios em situações de emergência, como também a descentralização dos recursos da União. Medidas como a ampliação do período de renúncia fiscal do IPI, por exemplo, que vai até o final de 2013, prejudicam sobremaneira os Municípios em geral e, principalmente, os afetados pela seca.

Já não se admite mais que haja tanta demora em solucionar um problema que já deveria ter sido resolvido com prioridade.

A seguir, é apresentada a Carta de Maceió, documento elaborado pelas associações municipalistas do Nordeste, que estão mobilizadas em buscar soluções para essa situação de calamidade.



5. CARTA DE MACEIÓ

Os presidentes das entidades municipalistas do Nordeste, diante do quadro duríssimo por que passa a população nordestina – a qual enfrenta a pior seca dos últimos 50 anos –, reconhecem as ações implementadas, até agora. Entretanto, lamentam a não inclusão dos Municípios como agentes executores e demonstram sua insatisfação diante da falta de respostas do governo federal a reivindicações já feitas e que, se implementadas, já poderiam ter mudado a triste e cruel realidade de quase 10 milhões de pessoas de forma direta.

Atualmente, mais de 1.400 Municípios de nove Estados já declararam situação de emergência em 2013, representando 22% das cidades brasileiras.

O cenário de miséria, fome e perdas na agropecuária continua inalterado, impactando negativamente em todo o País, pressionando o índice inflacionário e provocando o desabastecimento de produtos da cesta básica, mesmo com as chuvas ocasionais que têm caído em parte no Nordeste. Além dos prejuízos nas lavouras e nas criações, a demanda assistencial tem aumentado sem contrapartida financeira. Pelo contrário, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) já é menor que o do mesmo período de 2012, em contraponto ao aumento constante dos compulsórios.

Os presidentes das entidades reivindicam mais desburocratização, ações emergenciais e estruturantes, em parceria com os Municípios, para que estes passem de meros expectadores a agentes ativos desse processo e possam devolver, ao Nordeste e à sua brava gente, opções de vida, trabalho e a oportunidade de contribuir com o desenvolvimento da Nação.

Nas ações emergenciais, os Municípios reivindicam:

- liberação imediata de recursos financeiros, correspondente a, no mínimo, uma cota média do FPM de 2012, via cartão de pagamento da defesa civil;
- liberação de recursos de todos os convênios e contratos de repasse já celebrados entre o governo federal e os Municípios nordestinos e que se encontram bloqueados e/ou inscritos em restos a pagar, desconsiderando a inscrição no Cauc;
- suspensão imediata das execuções judiciais de produtores;
- contratação de carro-pipa pelo Município com a disponibilização de estação móvel de tratamento de água para cumprimento da Portaria Interministerial no 1/2012/MI/MD.
- perfuração, instalação e recuperação de poços artesianos;
- compra de ração animal;
- contratação de horas-máquina para desassoreamento, construção e ampliação de açudes;
- representação dos Municípios na força nacional de emergência/seca.

Nas ações estruturantes, implantação de uma política pública de convivência com os efeitos da seca, priorizando:

- apreciação dos planos de trabalho a serem apresentados pelos Municípios para ações hídricas e de manutenção do rebanho;
- consignação permanente de recursos do orçamento da União por Município, durante cinco anos, para ações de convivência com a seca;

- criação de um programa federal para o cultivo de forragens de forma estratégica para servir como reserva alimentar;
- destinação de parte dos recursos do PAC/seca para que sejam contratados diretamente com os Municípios.

Marcelo Beltrão
Presidente

Arinaldo Antônio Leal
Presidente APPM

Quitéria Mendes de Jesus
Presidente UPB

Luiz Benes Leucádio
Presidente Femurn

Adriana Pinheiro Barbosa
Presidente Aprece

Antônio da Fonseca Dória
Presidente Amurces

Gilliano Fred Nascimento Cutrim
Presidente Famem

Antônio Fernandes Rodrigues
Presidente Fames

Rubéns Germano Costa
Presidente Famup

Fábio Henrique Santana
Associação dos Municípios da Barra
do Cotinguiba e Vale do Japaratuba

José de Coimbra Patriota Filho
Presidente Amupe

Aguifaildo Lira Dantas
Presidente AMSSEC



